



Heloísa: "Vida nova, mas a luta de sempre"

Página 6



Para Suassuna, viagem de Lula abre mercados



Página 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.850 - Brasília, terça-feira, 16 de dezembro de 2003

Aprovadas mudanças na reforma da Previdência

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda paralela, que ameniza os efeitos do texto principal da reforma da Previdência. A proposta deve ser submetida amanhã ao último turno de votação no Senado. A emenda diminui o tempo de serviço para os funcionários que começaram a trabalhar mais cedo e garante a paridade entre ativos e inativos



Rosevelt Pinheiro

UNANIMIDADE Todos os 69 senadores presentes em Plenário votaram a favor da proposta paralela

Congresso faz autoconvocação, anunciam Sarney e João Paulo

Páginas 3 a 5



Genildo Magalhães

Municípios também poderão usar depósitos judiciais

Página 2

Plenário aprova novos valores para TFPC

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que reajusta a tabela das Taxas de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército (TFPC).

Estão sujeitos ao pagamento da TFPC todas as pessoas, físicas e jurídicas, que exerçam atividades envolvendo produtos controlados pelo Exército.

Entre os valores previstos na nova tabela da TFPC estão o cadastramento de entidade privada que possui serviço próprio de vigilância (R\$ 100); o cadastramento de empresa de transporte de valores (R\$ 200); e a revenda de armas e munições de uma casa comercial para outra (R\$ 50).

A matéria vai agora à sanção presidencial.

Adiada análise de projeto para Mata Atlântica

Por acordo de lideranças, foi adiada a votação do projeto sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica (PLC 107/03). Ele deverá voltar à pauta amanhã.

Os líderes atenderam a um pedido do senador Osmar Dias (PDT-PR), que apontou o fato de a matéria estar em tramitação na Casa há pouco tempo.

– Duvido que qualquer senador aqui tenha tido tempo de analisar o assunto – disse Osmar Dias.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), deve se reunir hoje com as demais lideranças para garantir a votação amanhã.

Prefeituras poderão usar verba de depósito judicial

Projeto concedendo a autorização é aprovado pelos senadores e vai à sanção presidencial

A exemplo da União, dos estados e do Distrito Federal, os municípios passarão a contar com a possibilidade de usar recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, referentes a tributos e acessórios de sua competência, inclusive os inscritos em dívida ativa.

A medida está prevista em projeto (PLC 94/03) aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A matéria depende agora de

sanção presidencial para entrar em vigor.

Pela proposta, os municípios poderão usar 70% desses valores para o pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e da dívida fundada do município. Caso as dotações estabelecidas na lei orçamentária municipal sejam suficientes para custear essas despesas, os recursos poderão ser aplicados em despesas de capital.

O projeto determina ressalvas para o uso dos depósitos. Além de só poderem ser utilizados durante o período de litígio que lhes deu causa, o depósito tem de ser feito em instituição financeira oficial da União ou do estado a que per-

tence o município, este sendo obrigado a criar um fundo de reserva correspondente a 30% dos valores depositados para garantir a restituição de parte dos valores.

Aqueles municípios que não estiverem em dia com as suas obrigações com o fundo de reserva terão os repasses suspensos e, se por três vezes falharem na recomposição obrigatória do fundo aos seus limites mínimos, serão excluídos inclusive dessa sistemática de repasses.

A iniciativa pretende aliviar a crise financeira enfrentada pelos municípios, tratando ainda de tornar útil o dinheiro proveniente desses depósitos judiciais e extrajudiciais.



JUSTIÇA Para Tião Viana, o reajuste da pensão é uma questão de humanidade

Pensionista tem benefício reajustado

O Senado aprovou ontem, em regime de urgência, proposta (PLC 110/03) que concede reajuste à pensionista Cleonice dos Santos Azevedo.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), apresentou parecer favorável à matéria que, segundo ele, é uma questão de humanidade. Trata-se, explicou o senador, de uma pensão por responsabilidade, já que Cleonice sofreu um grave acidente em 1985, durante treinamento de tiro das Forças Armadas, e teve sua atividade motora comprometida.

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) afirmou que, apesar do reajuste da pensão, que passará a ter o valor de R\$ 2.500, Cleonice não terá um aumento real em função da reforma da Previdência, que prevê a cobrança de 11% de contribuição dos inativos.

Senado vota proposta contra bitributação

O Plenário aprovou projeto (PDS 762/03) com o texto da Convenção para Evitar Dupla Tributação em Matéria de Imposto de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, assinada entre Brasil e Paraguai, em setembro de 2000. A convenção vai instituir um regime para combater a evasão fiscal e garantir reciprocidade aduaneira de depósito franco.

Os impostos objetos da convenção são, no caso brasileiro, o Imposto de Renda, e, no caso paraguaio, o Imposto sobre as Rendas de Atividades Comerciais, Industriais, de Serviços, e de Atividades Agropecuárias, o Imposto Adicional à Renda sobre Dividendos, *royalties* e o Tributo Único.

Agenda



Segundo turno da PEC paralela

De acordo com requerimento das lideranças aprovado ontem, o Plenário realiza hoje, às 14h30, o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da chamada PEC paralela (PEC 77/03), que altera pontos da reforma da Previdência. Às 10h, será realizada Sessão do Congresso Nacional para tratar da autoconvocação.

Sarney recebe marido de senadora seqüestrada pelas Farc

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, Juan Carlos Lecompte, marido da senadora e ex-candidata à Presidência da Colômbia, Ingrid

Betancourt. A senadora foi seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em fevereiro de 2002.

Relatórios ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h, para analisar relatórios setoriais ao projeto de Lei Orçamentária de 2004. Serão votados ainda projetos de créditos suplementares, requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU).

CPI do Desmanche

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche realiza, às 17h, reunião administrativa. A comissão investiga irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores e oficinas de desmanche de automóveis.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS Proposta resultante de negociações no Senado ameniza efeitos da reforma da Previdência sobre a categoria dos servidores públicos. Se acolhida em segundo turno, emenda vai ao exame da Câmara

PEC paralela é aprovada em primeiro turno

Os senadores aprovaram na tarde de ontem, em primeiro turno, a emenda paralela, idealizada como meio de amenizar os efeitos do texto principal da reforma da Previdência Social, que aguarda promulgação. O início da ordem do dia chegou a ser adiado por duas horas e meia, à espera de quórum, mas a emenda paralela acabou sendo aprovada pela unanimidade dos 69 senadores votantes.

Amanhã, a proposta (PEC 77/03) deverá ser submetida ao segundo e último turno de votação, e, se aprovada, será remetida ao exame da Câmara dos Deputados. Na tarde de hoje, haverá a primeira sessão de discussão em segundo turno, devendo ser realizadas as duas outras amanhã, em sessões matutina e vespertina.

A proposta recebeu outras denominações ao sabor das divergências que se travaram ao longo dos dois meses de tramitação na Casa. Por acreditar que o governo não cumpriria a promessa de encaminhar a votação dessa proposta, parlamentares da oposição e dissidentes da base governista chegaram a chamá-la de "PEC Conceição" – a que ninguém sabe, ninguém viu – em referên-



cia à canção popular. Outro apelido foi "PEC São Tomé", numa alusão ao ceticismo do apóstolo que duvidou da ressurreição de Cristo.

Como resultado de intensa

batalha política e verbal, mudanças importantes foram introduzidas no texto da proposta de emenda paralela, como a regra de transição destinada a diminuir o tempo de serviço

para os trabalhadores que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho, assim como a paridade entre funcionários aposentados e da ativa (*ver quadro*).

Fotos: Rosevelt Pinheiro



PAULO PAIM

Apelo à Câmara para apressar o exame da proposta

Ao defender a aprovação da emenda paralela, o senador Paulo Paim (PT-RS) conclamou os senadores a marcharem até a Câmara dos Deputados, na sexta-feira, para encontro com o presidente daquela Casa, João Paulo Cunha, num esforço destinado a apressar o exame da matéria pelos deputados.

Munido-se de estudo técnico elaborado pela Consultoria do Senado, Paim citou os principais pontos positivos, como subteto nos estados, paridade e regras de transição.



GARIBALDI ALVES

Projeto nascido no Senado resultou do bom senso

A emenda paralela se constitui em uma proposta de bom senso, disse o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), durante a discussão da proposição que altera a reforma da Previdência.

O senador parabenizou a Casa pelo quórum elevado na sessão de ontem, quando a proposta, que ameniza efeitos da reforma, foi aprovada em primeiro turno.

– Essa PEC paralela nasceu da inspiração do Senado. Só posso ter palavras de saudação a toda a Casa por essa iniciativa.

O que muda com a emenda paralela

A chamada emenda paralela (PEC 77/03) é uma emenda constitucional comum, em que estão as mudanças aceitas pelo governo à reforma da Previdência, no Senado. Ela foi imaginada para evitar que a PEC recebesse mudanças, o que obrigaria seu reenvio à Câmara, onde já fora votada. Assim, a reforma será promulgada depois da votação em segundo turno pelos senadores, enquanto a emenda paralela seguirá para exame dos deputados.

Volta a conceder paridade aos atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo. A reforma tira a paridade ativos-inativos.

Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.

Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. Lei complementar detalhará tudo.

Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O máximo será o salário de desembargador. Não podem baixar seus atuais salários. Os prefeitos poderão fazer o mesmo.

Dobra os valores dos limites de isenção para efeito de cobrança da alíquota de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles tenham doenças incapacitantes. Lei também definirá quais são essas doenças. Assim, aposentado estadual com doença incapacitante só pagará 11% sobre o que passar de R\$ 2.400; aposentado federal, sobre R\$ 2.880; e qualquer pensionista, só sobre R\$ 4.800.

Controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Haverá ainda censo previdenciário a cada cinco anos.

Transição para quem começou a trabalhar muito cedo. Quem completar 30/35 anos de serviço (mulher/homem), sendo 25 no funcionalismo, terá reduzido um ano na idade 55/60 anos (mulher/homem) para cada ano excedente trabalhado.



ALVARO DIAS

Estudo demonstra que inexistente déficit previdenciário

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sustentou que inexistente o déficit da Previdência anunciado pelo governo.

Ele explicou que o Ministério da Previdência Social lança nos cálculos como receita apenas as contribuições previdenciárias e omite outras fontes. Em contrapartida, prosseguiu o senador, o ministério adota como despesas as aposentadorias e as pensões somadas aos gastos com assistência social.

REFORMAS

Senadores da base de sustentação do governo elogiam empenho da Casa e destacam vantagens da proposta paralela. Oposicionistas anunciam voto a favor, mas reafirmam críticas e desconfianças

Fotos: Roosevelt Pinheiro

PEDRO SIMON



Emoção pelo esforço dos senadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) se disse emocionado pelo esforço do Senado em cumprir seu compromisso na votação das reformas e destacou o comparecimento maciço dos parlamentares na Casa. Ele afirmou que a PEC paralela é produto de entendimento de alto nível entre lideranças do governo e da oposição.

Em sua opinião, a matéria cria um precedente histórico que permitirá, no futuro, que os senadores façam outras propostas paralelas.

RAMEZ TEBET

Quando se tem vontade, é possível construir

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o exame da proposta paralela à reforma da Previdência, com itens não previstos no projeto enviado pelo governo, "é um fato inédito no Parlamento". Para ele, a votação é a prova de que, "quando se tem vontade, é possível construir".

Para Tebet, a PEC paralela é "indispensável para amenizar a dureza da PEC 67". Ele destacou o papel do presidente do Senado, José Sarney, para a aprovação da matéria.



EDUARDO AZEREDO



Promessa do governo é concretizada

A concretização da promessa do governo de votar com rapidez a emenda paralela da Previdência foi elogiada ontem por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador saudou os avanços em relação à PEC 67/03, como a dispensa parcial de contribuição previdenciária aos trabalhadores vítimas de doenças incapacitantes.

Azeredo destacou emenda de sua autoria, que estabelece critérios na concessão da aposentadoria a portadores de necessidades especiais.

Waldemir Rodrigues



JOSÉ AGRIPINO

Motivo de sobra para manter desconfiança

Apesar de declarar seu voto favorável à emenda paralela, o senador José Agripino (PFL-RN) disse ainda ter "motivos de sobra" para manter sua desconfiança quanto às reais intenções do governo em relação à aprovação rápida da PEC da Previdência pela Câmara.

– Se em janeiro o governo der prioridade e convidar senadores e deputados para apreciar essa PEC, eu retiro o "pé atrás". Mas, se deixar para março, abril, maio, vai para as calendas – alertou ele.

SÉRGIO ZAMBIASI



Teto único para os três Poderes, a exemplo do RS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comunicou a aprovação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na semana passada, de emenda à Constituição estadual estabelecendo como subteto dos servidores a remuneração dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Com a medida, ficou definido um teto único para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, iniciativa que ele considerou imprescindível constar também da PEC paralela da Previdência.

MAGNO MALTA

Câmara estará afinada para votação da PEC

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, "é homem de consenso e deve estar afinado com discurso do governo de que avanços foram feitos" na reforma da Previdência. Assim, avaliou, não será necessário "fazer cavalo de batalha" para que a PEC paralela seja aprovada pelos deputados.

Ele disse não entender por que as propostas não foram aprovadas no governo de Fernando Henrique Cardoso.



ARTHUR VIRGÍLIO



Paralela corrige injustiças contra servidores

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem em Plenário seu voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição 77/03, a PEC paralela.

Arthur Virgílio votou contra a reforma da Previdência enviada pela Câmara dos Deputados e aprovada pelo Senado na última semana. O senador argumentou que a proposta paralela corrige injustiças contra os servidores públicos, motivo pelo qual recebeu seu voto a favor.

VALADARES

Grande obra de engenharia política

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) exortou os líderes partidários no Senado a comparecerem em peso à Câmara, na sexta-feira (19), para pedir pressa na votação da PEC paralela. Ele elogiou o que chamou de "grande obra de engenharia política" e destacou o empenho do presidente do Senado, José Sarney, na elaboração proposta.

– Foi um esforço fantástico, depois da ironia de alguns que a chamaram de "PEC da empurração com a barriga" – afirmou.



EFRAIM MORAIS



Emenda alivia a consciência dos senadores

A Proposta de Emenda à Constituição 77/03 alivia a consciência de muitos senadores que votaram a favor da reforma da Previdência enviada pelo governo Lula, afirmou o senador Efraim Moraes (PFL-PB). Ele reiterou sua descrença de que a matéria seja aprovada também pela Câmara dos Deputados.

Na avaliação do senador, a não votação da PEC paralela pela Câmara vai se transformar em um grande vexame para o Congresso Nacional.

IDELI SALVATTI

Mais controle da Previdência e inclusão social

Ao encaminhar favoravelmente a votação da PEC paralela, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a matéria aperfeiçoava a proposta original em três pontos importantes: os mecanismos de inclusão social, a transparência e controle da Previdência e a atenuação dos efeitos da reforma da Previdência sobre os servidores.

Ideli dedicou a votação a Tião Viana (PT-AC), que sempre defendeu esse caminho como forma de avançar na tramitação da reforma.



EDUARDO SUPLICY



Novas regras constituem avanços

O controle do sistema previdenciário, o teto nos estados e municípios, as regras de transição e os benefícios aos portadores de doenças incapacitantes previstos no texto foram considerados um avanço pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele também comentou a decisão da Executiva Nacional do PT de excluir a senadora Heloísa Helena e mais três deputados federais. Suplicy disse ter tentado persuadir os presentes a não expulsar os parlamentares.

LEONEL PAVAN

Vitória dos partidos de oposição

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que a emenda paralela representa uma vitória dos partidos que fazem oposição ao governo federal e que não aceitavam a proposta de reforma previdenciária.

Pavan explicou sua presença numa foto, em meio aos senadores que comemoravam a aprovação da reforma.

– Eu não comemorava nada. Estava, ao contrário, frustrado, triste, sentindo-me traído como um eleitor de Lula.



REFORMAS

Parlamentares do PFL criticam posição do Partido dos Trabalhadores no governo passado, impedindo as mudanças na Previdência. Já o senador Flávio Arns elogia a capacidade de diálogo do Congresso



DEMOSTENES TORRES

Aspectos danosos podem ser atenuados

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou que vai votar na proposta paralela, mesmo tendo sido contra a PEC da Previdência. Para ele, a reforma como um todo viola normas constitucionais e é ruim.

– Tenho votado sempre contra por convicção e por orientação partidária, mas admito que se o governo cumprir a promessa e se a Câmara dos Deputados votar rapidamente a paralela, alguns aspectos danosos da reforma poderão ser atenuados, com uma paridade razoável e uma transição mais justa, por exemplo – disse o senador.



JOSÉ JORGE

Alterações deveriam ser incluídas no texto original

O senador José Jorge (PFL-PE) confessou que votou “meio envergonhado” a favor da Proposta de Emenda à Constituição 77/03, que ameniza, para funcionários públicos e aposentados, os efeitos da reforma da Previdência. Ele opinou que o ideal seria que as alterações fossem incluídas no texto original da reforma, que quando votada pelo Plenário do Senado recebeu seu voto contrário.

Na avaliação do senador por Pernambuco, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi obrigado a aceitar essa proposta para poder aprovar a reforma da Previdência.



FLÁVIO ARNS

Congresso melhora proposta e mostra o poder do diálogo

Flávio Arns (PT-PR) elogiou o Congresso Nacional pelas melhorias feitas na reforma da Previdência, aprimorando a proposta apresentada pelo governo. Ele observou que inicialmente os cortes nos benefícios seriam mais amplos do que os estabelecidos pelas Propostas de Emendas à Constituição (PECs) 67/03 e 77/03.

– O resultado a que chegamos mostra o poder do diálogo – disse o senador.

Arns lamentou que o entendimento não tenha prevalecido na reunião do Partido dos Trabalhadores em que foi expulsa a senadora Heloísa Helena (AL).



HERÁCLITO FORTES

Petistas foram contra reforma no governo passado

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitou que fossem adicionados aos Anais do Senado fotos do chamado “Dia do Apitaco”, quando parlamentares do PT apitaram durante a votação, na Câmara, da reforma da Previdência encaminhada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Segundo Heráclito, é possível ver nas fotos deputados que hoje ocupam cargos importantes no governo.

– Fizeram o apitaco para boicotar reformas que hoje defendem. Vamos torcer para que 2004 seja de fartura e não um ano perdido como 2003 – disse.

Começa hoje período de autoconvocação

O Congresso Nacional inicia hoje período de autoconvocação para votar o Orçamento da União para 2004, concluir a votação das reformas no Senado e deliberar sobre quatro medidas provisórias (MP) que aguardam decisão na Câmara. O anúncio foi feito pelos presidentes das duas Casas, senador José Sarney e deputado João Paulo Cunha, ao final de reunião.

– Concluimos, João Paulo Cunha e eu, que temos necessidade de mais cinco dias para finalizarmos os trabalhos parlamentares. Assim, estamos prorrogando as atividades, sem nenhum ônus para o Congresso Nacional – disse Sarney ao deixar o gabinete do presidente da Câmara.

De acordo com Sarney, os senadores podem votar, até quinta-feira, a PEC paralela da Previdência, assim como o segundo turno da reforma tributária. Se as votações ocorrerem em tempo, Sarney acredita que a promulgação das reformas ocorrerá entre os dias 19 e 20.

Indagado se a promulgação se dará em ato solene, Sarney disse não haver necessidade. “Acredito que isso possa ser fei-



SEM ÔNUS Sarney (D) e João Paulo Cunha anunciam prorrogação dos trabalhos por mais cinco dias para votar Orçamento e reformas

to na forma legal, mas sem grande mobilização – disse ele.

O presidente do Senado também explicou que, na reunião, nem ele nem João Paulo Cunha cogitaram convocar o Congresso em janeiro.

Sobre a votação da PEC paralela da Previdência na Câmara, João Paulo Cunha explicou que não haverá tempo para isso em 2003.

– Nossa disposição política é dar um tratamento adequado ao tema. Agora, vamos precisar submeter a PEC à comissão, colocá-la no rito normal. Então não vai dar para determinar prazo – disse o deputado.

Indagado pelos jornalistas se esse tema terá prioridade, João Paulo Cunha respondeu positivamente, mas com ressalvas.

– O tema é prioritário, mas o rito que a Constituição e o Regimento exigem terá que ser cumprido – disse.

Quatro MPs trancam a pauta da Câmara: uma referente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); a que unifica programas de transferência de renda desenvolvidos pelo governo; a que cria o Programa Especial de Habitação Popular; e a que abre crédito extraordinário para o Ministério das Cidades.

ACORDOS

Senado ratifica atos para isenção de vistos

O Senado aprovou ontem acordos internacionais entre o Brasil e os governos dos países integrantes do Mercosul, e entre o governo brasileiro e o México.

No âmbito do Mercosul, o acordo prevê a dispensa de vistos para trânsito de artistas, professores, cientistas, desportistas, jornalistas, profissionais e técnicos especializados entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Essas categorias profissionais podem atuar nesses territórios sem a necessidade do visto por até 90 dias, prorrogáveis por igual período. É obrigatória a comprovação do exercício profissional e o uso do passaporte como documento de identificação.

O acordo com o México também prevê a isenção de visto para passaportes comuns válidos, para quem viaje com fins de turismo, trânsito e negócios. Os viajantes poderão permanecer no território do outro país por até 90 dias, contados a partir da data de entrada, renovável até que se completarem 180 dias no período de um ano.

HOMENAGEM

Livro de Jorge Amado em destaque no Plenário

O Plenário do Senado acolheu ontem requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propondo voto de congratulações à Academia Brasileira de Letras, à Academia Baiana de Letras e à escritora Zélia Gattai pela publicação do livro do escritor baiano Jorge Amado *Carta a Uma Leitora sobre Romances e Personagens*. Morto aos 88 anos, em agosto de 2001, Jorge Amado deixou o livro inédito.

O mérito especial do resgate da obra cabe, segundo Antonio Carlos, a Zélia Gattai, viúva do escritor. Observando que o livro contém ilustrações de Carybé e outros artistas, o senador descreveu o trabalho como “uma beleza na forma e maneira como foi escrita”.



ACM assina voto de congratulação pela obra



VOTAÇÃO Amir Lando fez um apelo para que o Orçamento 2004 seja votado até sábado

Orçamento: parecer setorial deve ser votado

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), fez um apelo ontem para que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) faça um esforço concentrado e consiga votar até sábado a proposta orçamentária do próximo exercício e o Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007. A votação dos pareceres setoriais será retomada hoje, a partir das 10h, depois que os integrantes da comissão tentaram sem sucesso se reunir durante toda a tarde de ontem.

O parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG) sobre os destaques da Área Temática 1, que trata dos Poderes do Estado e Representação, deve ser o primeiro a ser examinado na reunião de hoje. Hélio Costa anunciou que está concedendo mais R\$ 2 milhões, dos R\$ 5 milhões que reservou para o atendimento dos destaques, para ajudar a realização das eleições municipais de 2004. Ele reconheceu que essa quantia “não resolve o problema”, mas foi uma forma de acolher em parte o destaque apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA), no valor de R\$ 52 milhões.

A iniciativa de Borges foi uma tentativa de salvar em parte emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, no valor de R\$ 120 milhões, que acolheu pleito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo do senador pela Bahia foi conseguir pelo menos garantir recursos para a compra de 76,2 mil urnas eletrônicas. Mas não houve dinheiro para que o relator setorial pudesse acomodar o pedido do tribunal.

Hélio Costa disse que irá interceder junto ao relator-geral, Jorge Bittar (PT-RJ), para obter mais recursos no seu parecer final devido à prioridade do escrutínio municipal de 2004.

Senadora expulsa do PT retribui em Plenário manifestações de solidariedade

Pedindo a palavra por ter sido citada diversas vezes em Plenário, a senadora Heloísa Helena (AL) agradeceu a solidariedade recebida após sua expulsão do PT, ocorrida no domingo, por decisão do Diretório Nacional do partido.

– Agradeço a solidariedade de todos, de muitos funcionários da Casa. Recebi a genero-



APOIO Heloísa Helena foi citada em discurso por diversos parlamentares

sidade de muitos, de muitas pessoas corajosas, valentes, filhos da esperança deste país,

recebidas ontem.
– Estou firme na luta, continuando meu mandato com éti-

Alvaro Dias defende liberdade de opinião

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a senadora Heloísa Helena (AL) e os três deputados expulsos do PT no fim de semana por divergências com o programa de governo.

– O que aconteceu foram dois atentados a dois direitos básicos do ser humano: a garantia da objeção de consciência e da liberdade parlamentar – disse Alvaro, lembrando ainda o conceito de partido político.

Na opinião do senador, foi negado a Heloísa Helena e aos deputados o direito à convicção pessoal, violência que, a seu ver, leva ao risco de eliminação de outras liberdades individuais, como a de opinião e de pensamento. Alvaro Dias citou o jurista paranaense René Dotti, que escreveu artigo sobre o tema.

– Existem antigos e modernos exemplos do fenômeno na Bíblia, nas artes e nas ciências, nos clássicos da literatura universal – a liberdade de opinião e pensamento e a garantia da objeção de consciência são bens supremos, que não podem ser suprimidos – afirmou.

Alvaro fez ainda uma explanação sobre o conceito de par-



CONSCIÊNCIA Para Alvaro Dias, Heloísa Helena não teve direito às suas próprias convicções

tido político, no sentido clássico do termo, como expressão de uma corrente de opinião e pensamento, “uma fração da representação da cidadania”, e não como “um campo de extermínio de idéias e opiniões, um cabide de empregos ou uma maneira organizada de perseguir pessoas e perpetrar vinganças”.

Espectáculo

O senador disse também que o verdadeiro espetáculo do crescimento não aconteceu na economia do país, mas no caixa do PT, que cresceu mais ou menos 240%, segundo reportagem da revista *Época* publicada nesse fim de semana.

Virgílio: governo Lula planta derrota

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), fez ontem uma análise sobre as perspectivas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da expulsão de quatro parlamentares, entre os quais a senadora Heloísa Helena (AL), da política conservadora de juros, do caso Celso Daniel e do chamado “escândalo dos gafanhotos”, em Roraima.

Para o senador, o governo está “plantando sua derrota” ao não atentar para o perigo ético e político da expulsão de parlamentares identificados com os ideais históricos do Partido dos Trabalhadores. Virgílio previu a perda de um maior número de membros pelo partido, em razão da violência que significou a expulsão.

O governo também estaria correndo risco de desgaste em sua credibilidade ao se indispor contra a reabertura das investigações do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, ocorrido em 2002. Igualmente explosivo seria o escândalo da folha de pagamentos do governo de Roraima, conhecido como “escândalo dos gafanhotos”.

ca, com honestidade intelectual, com vergonha na cara, com amor no coração, com essas coisas que gosto de fazer porque são características das mulheres livres – afirmou.

Ao final de seu pronunciamento, Heloísa enviou “um beijo no coração, um abraço bem grande, muito apertado”, a todos aqueles que a ouviam. Afirmou que, com o ano novo, vinha uma vida nova, mas a luta de sempre. Ao terminar sua fala, a senadora recebeu aplausos de vários senadores e pessoas nas galerias, apesar de o Regimento Interno do Senado proibir tais manifestações.



DESGASTE Arthur Virgílio diz que expulsão deve levar PT a perder parlamentares

tos”. Roraima é comandada por Flamarion Portela, que já pediu afastamento temporário de 90 dias do PT.

No *front* econômico, o governo estaria cavando uma recessão em 2005 e 2006, segundo o senador, uma vez que a política de juros muito apertada corroe a renda das famílias, o que refletirá negativamente sobre o consumo. Em 2004, algum crescimento seria inevitável, uma vez que em 2003 a economia teve um desempenho muito ruim.

Arthur Virgílio criticou ainda a “rota de colisão com os Estados Unidos” em que o Brasil estaria entrando ao privilegiar acordos comerciais com países que representam percentuais muito pequenos do comércio exterior brasileiro.

Parlamento do Mercosul está mais próximo

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), que reúne as seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, decidiu no último domingo, em Montevideu, no

Uruguai, por unanimidade, que será assinado, no ano que vem, o protocolo criando o Parlamento do Mercosul. O documento deve estabelecer o cronograma de instalação, sua competência e a modalidade de eleição.

O presidente da seção brasileira da CPCM, deputado Doutor Rosinha (PT-PR), disse que a iniciativa acelera ainda mais o processo de institucionalização política do bloco.

– Há um avanço notável no processo de criação do Parla-

mento, se levarmos em conta que as tratativas iniciaram em junho – afirmou.

Segundo o deputado, até junho do ano que vem já deverá estar pronto o anteprojeto comum para a criação do Parlamento do Mercosul.

Motta defende criadores de camarão do ES



João Batista Motta questiona atuação de ecologista

Em discurso feito ontem, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu os criadores de camarão do Espírito Santo contra o que chamou de “pretensa e suspeita preocupação ecológica” de organizações

não-governamentais (ONGs). O parlamentar afirmou que o radicalismo dessas entidades, estaria levando insegurança e grande preocupação ao equilíbrio econômico do estado, particularmente no caso da carcinicultura (criação de crustáceos).

Motta questionou as reais intenções dos ecologistas e apontou para o elevado desempenho técnico, econômico e social da criação de camarão no país. Ele ressaltou que, nos últimos dez anos, os avanços tecnológicos teriam propiciado a redução drástica de resíduos da produção de camarão.

Valmir Amaral propõe mais amparo à mulher



Valmir Amaral quer punição maior a agressor

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu a aprovação de projetos de sua autoria que aumentem a pena para agressores de mulheres e assegurem a elas maior proteção, bem como a crianças e adoles-

centes. As propostas aguardam exame em comissões técnicas do Senado.

Um dos projetos (PLS 399/03) aumenta a pena em casos de lesão dolosa contra mulheres. Outro (PLS 449/03) amplia a proteção à mulher, à criança e ao adolescente. O senador destacou que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, 7% das mulheres mortas com idades entre 15 e 44 anos são vítimas da violência. Em metade dos casos, acrescentou, as mulheres são mortas por seus companheiros ou ex-companheiros.

Renan pede rapidez no exame dos processos de anistia política

De acordo com o parlamentar, entre as pessoas que pleiteiam reparação, algumas têm 80 anos de idade

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), pediu ao governo, em discurso no Plenário, maior agilidade na execução da Lei 10.559, que assegura reparação econômica de natureza indenizatória a anistiados políticos. O parlamentar solicitou também urgência na liberação dos recursos financeiros necessários ao pagamento das indenizações.



URGÊNCIA Renan quer imediata liberação dos recursos para o pagamento das indenizações

Renan Calheiros, que se manifestou preocupado com a idade avançada de alguns perseguidos políticos, muitos de-

les com quase 80 anos de idade, lembrou que a efetividade da lei pressupõe sua capacidade de atuar no plano prático em tempo socialmente justo. Ele sugeriu a adoção de critérios que possam dar maior celeridade ao julgamento dos processos pelos integrantes da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

O senador explicou que, dos processos analisados pela comissão no governo anterior, 550 receberam deferimento e foram encaminhados aos Ministérios do Planejamento e da Defesa. Outros 150 requerimentos obtiveram despacho recomendando reavaliação. De acordo com o parlamentar, a

comissão precisa analisar mais de 20 mil processos. Renan observou que, para dar agilidade ao exame dos processos, é necessário arquivar, de imediato, os pedidos flagrantemente improcedentes.

Para Renan, a dotação de R\$ 57 milhões prevista no projeto de Orçamento de 2004, para pagamento dos anistiados, está muito aquém do necessário. Por isso, acrescentou, está sendo aguardado o cumprimento de promessa feita pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, de fazer suplementação de verba da ordem de R\$ 143 milhões para o pagamento dos anistiados.

Agripino vê “truculência” em ação da Controladoria Geral

Ressalvando que tem “uma imagem do ministro Waldir Pires como um homem probo, de caráter firme como uma rocha”, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou, em Plenário, o que chamou de “truculência” que estaria sendo praticada pela Controladoria Geral da União (CGU).

– Honestidade não é nenhum mérito, é obrigação. A Controladoria sorteia uma prefeitura ou unidade da Federação que recebeu dinheiro da União; envia sua tropa de choque para fazer uma devassa na contabilidade e envia o produto dessa fiscalização para o Tribunal de Contas da União (TCU). Mas cadê a manifestação do ministério responsável pelo repasse dos recursos?

Agripino leu trecho de um acórdão do TCU determinando que a Controladoria, a partir do quinto sorteio, encaminhe, no prazo de 60 dias, relatórios dando conta das providências adotadas não só pelas prefeituras



EXCESSO Para José Agripino, fiscalização efetuada pelo órgão não cumpre as etapas da lei

ras fiscalizadas, mas também pelos órgãos de fiscalização dos ministérios responsáveis pelos repasses de recursos, conforme exige a lei.

Na avaliação do senador, o procedimento que está sendo adotado pela Controladoria “é truculência pura”, pois não se cumprem as etapas exigidas pela lei. “Por tudo isso, tenho o direito de achar que se esteja adotando dois pesos e duas medidas e praticando perseguição política.”

Almeida cobra resultado de auditorias

O senador Almeida Lima (PDT-SE) queixou-se da demora da Controladoria Geral da União (CGU) em responder o pedido de informações, encaminhado no dia 20 de novembro, sobre o resultado de fiscalizações realizadas em municípios de Sergipe. Apesar de algumas auditorias já terem sido concluídas, como em Pirambu, o parlamentar afirmou que nenhum relatório foi enviado até agora pelo órgão.

– Tenho certeza de que se trata de uma atitude política para dificultar o contato com nossos aliados em Sergipe – disse o senador.

Almeida Lima não fez objeções ao processo de escolha, mediante sorteio, dos municípios a serem fiscalizados. Entretanto, ressaltou que “não custa nada” a Controladoria apurar, “por iniciativa pró-



ATRASO Almeida Lima põe em dúvida seriedade do órgão federal de fiscalização

pria”, denúncias sobre desvio de recursos públicos.

Esse último comentário do senador sergipano deveu-se a suspeitas lançadas contra o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, sobre irregularidades na contratação de serviço de capinação e jardinagem em postos de saúde, em valor superior a R\$ 2,1 milhões. Segundo observou, essa denúncia, levada ao Plenário do Senado, não foi apurada até o momento.

– Se há seriedade na conduta da Controladoria, eu ponho em dúvida – declarou, dada a não apuração do caso.

Ideli destaca melhora de conceito sobre o país

Em discurso feito ontem, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que a organização não-governamental (ONG) Freedom House, instituição americana que avalia o grau de liberdade em diversos países, melhorou o conceito do Brasil.

– A avaliação do Brasil modificou-se, fundamentalmente, devi-

do a três pontos. Primeiro, porque a organização considerou justa e livre a última eleição presidencial, inclusive considerando o fato do país eleger uma personalidade como Luiz Inácio Lula da Silva, que tem claro ingrediente de oposição. Em segundo lugar, porque houve fortalecimento da sociedade civil, que atingiu um grau elevado de

organização. Por último, a ONG constatou um aumento no combate à corrupção.

Ideli respondeu a críticas feitas pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ao governo. Ela disse que a situação do país exigiu medidas drásticas da equipe econômica em busca das condições para o Brasil voltar a crescer.



AVANÇO Ideli Salvatti atribui aumento do conceito à eleição do presidente Lula

Paim destaca sucesso da política de cotas para negros

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou os bons resultados obtidos pelos alunos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que ingressaram na instituição por meio da política de cotas para afro-descendentes.

– Sei que é um tema polêmico, mas, para alegria nossa, a UERJ faz

um balanço muito positivo. Segundo a universidade, os alunos que entraram pela política de cotas para negros estão entre os melhores colocados. Isso é muito bom, pois aqueles que eram contra a política de cotas alegavam que essa política iria diminuir a qualidade de nossos formandos –

afirmou o parlamentar.

Paim ressaltou que a política de cotas beneficia aqueles que não têm como pagar uma universidade. Ele parabenizou, além da UERJ, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UnB).

O representante gaúcho ainda informou ao Plenário que o Esta-

tuto da Igualdade Racial – por ele apresentado ao Congresso Nacional – deverá ser votado no primeiro semestre do ano que vem. E observou que a sociedade organizada está se movimentando para que o estatuto seja sancionado em 21 de março, dia de luta contra o preconceito do racismo.



Genaldino Magela

INCLUSÃO SOCIAL Paim parabenizou a iniciativa da UERJ, UFBA e UnB



Genaldino Magela

ESFORÇO Atividades esportivas e culturais da entidade foram ressaltadas por Papaléo Paes

Papaléo elogia ação educativa da Febem

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou o esforço da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) em investir mais na formação e na ressocialização dos jovens infratores, em vez de direcionar seus esforços apenas para a manutenção da disciplina. Ele citou como exemplo de iniciativa bem-sucedida a realização, em agosto, dos Jogos Abertos da Febem.

O torneio esportivo, segundo Papaléo, reuniu 1.600 atletas de 57 unidades do estado de São Paulo, para disputarem modalidades como futebol de salão, voleibol, xadrez, tênis de mesa e pebolim. As competições duraram quatro semanas e, no período, nenhum incidente foi registrado.

Papaléo acrescentou que a Febem paulista também oferece, em todas as suas unidades, oficinas de artes circenses, ciências, artes plásticas, dança, percussão, violão e cavaquinho.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que ações citadas por Papaléo contribuirão para que a Febem cumpra seus objetivos. Ele acrescentou que investir em cultura, esporte, educação e formação profissional diminui as tensões e ajuda a ressocializar os jovens que cometem infrações e são internados em entidades de correção.

Suassuna: viagem de Lula abre mercados do Oriente

■ Para o senador, país não pode desprezar o potencial da região, apesar da existência de regimes ditatoriais

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Oriente Médio. Para Suassuna, que integrou a comitiva do presidente, as críticas da imprensa são "miopia política" e refletem a "psicologia do colonizado". O senador ressaltou que, nas viagens internacionais, Lula tem buscado espaço político e comercial.

– Cada viagem é uma oportunidade de aproximação. Ninguém ama quem não conhece – frisou, rebatendo também as críticas de que Lula visitou países com regimes ditatoriais.

Suassuna observou que, naquela região, com exceção do Líbano, "não há país que não



Roosevelt Pinheiro

FALTA DE VISÃO Críticas ao presidente são "miopia política", diz Ney Suassuna

seja ditatorial".

– Americanos, ingleses e italianos estão lá vendendo muito para as ditaduras e não nos querem junto com eles. É falta de visão e de sensibilidade desprezar uma região com esse potencial – assinalou.

O senador exaltou o contrato fechado entre empresa paulista e o governo da Síria para a construção de uma refinaria de açúcar, no valor de US\$ 270

milhões. O contrato, afirmou, vai garantir o monopólio da comercialização do produto naquela região.

Ele destacou ainda o sistema bancário do Líbano, com US\$ 300 bilhões, e o turismo nos Emirados Árabes.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em aparte, disse estar aborrecida com matérias negativas publicadas por revistas semanais, que classificaram a viagem presidencial como uma "turnê pelas ditaduras". Para ela, essa avaliação retira qualquer significado da viagem.

Ideli lembrou que, após o atentado de 11 de setembro, os investidores árabes estão retirando seus investimentos dos Estados Unidos e precisam de outro lugar para aplicar esses recursos. A parlamentar afirmou que a viagem de Lula fez uma ponte até esses recursos, que poderão financiar importantes obras de infra-estrutura para a integração da América Latina.

Mão Santa quer Alberto Silva em ministério

Após registrar a recondução do senador Alberto Silva (PMDB-PI) à presidência do diretório estadual do partido, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu o nome do ex-governador do Piauí para ocupar um ministério no governo Lula.

– Alberto Silva vai ser uma luz para o PT, que precisa ter no ministério uma pessoa que faça obras e seja uma esperança de progresso – ressaltou.

Segundo disse, o nome de Alberto Silva como futuro ministro do governo petista foi aclamado na convenção do PMDB do Piauí, realizada nesse fim de semana. Mão Santa foi eleito vice-presidente do diretório estadual.



Roosevelt Pinheiro

RELEVÂNCIA Mão Santa destaca ideais de liberdade e igualdade defendidos pelo PMDB

Ao amplificar o apelo do estado, o senador acabou por encaminhá-lo também ao líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e ao presidente nacional do partido, Michel Temer (SP), sendo saudado, em aparte, por

Heráclito Fortes (PFL-PI).

Mão Santa aproveitou a divulgação do resultado da convenção partidária do Piauí para ressaltar o papel do partido neste momento da política nacional. E afirmou que a legenda encarna os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos pelos brasileiros.

– Não abrimos mão da democracia – disse, lembrando que a liberdade de pensamento é um direito intrínseco, que estaria sendo ameaçado pelo PT.

Mesmo sem citar o nome da senadora Heloísa Helena (AL), o parlamentar criticou a falta de democracia no PT, que a expulsou no domingo, por votar contra a reforma da Previdência.



Roosevelt Pinheiro

DESIGUALDADE Minas Gerais paga juros mais altos que outros estados, afirma Hélio Costa

Costa pede revisão das dívidas de MG

Em prestação de contas de seu mandato como senador, Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou ontem que tem dado prioridade à revisão urgente do acordo de pagamento da dívida de Minas Gerais com a União. O contrato firmado pelo estado com o governo passado tem estrangulado a capacidade de investimento de Minas e comprometido a qualidade de vida do povo mineiro, disse.

De acordo com o senador, dos R\$ 160 milhões que o estado recebe em repasses tributários constitucionais, R\$ 140 milhões voltam para a União para o pagamento da dívida.

Hélio Costa questionou também o fato de os juros da dívida de Minas terem sido calculados em patamares mais altos do que os de outros estados. Enquanto Minas paga em torno de 7,5% de juros ao ano, há estados que pagam 6%, observou.

Como vice-presidente da Comissão de Educação (CE), Hélio Costa fez um relato de sua atuação no colegiado, destacando suas propostas para a educação. Ele lembrou que um de seus projetos em exame na CE introduz o leite fluido e pasteurizado na merenda escolar; outro, propõe a criação de bolsas de estudo para assegurar o acesso de alunos carentes ao ensino superior.